



Estado assume a concessão da BR-163

O governador Mauro Mendes (União) assinou nesta quinta-feira, 4 de maio, o termo de transferência da troca do controle acionário da Rota do Oeste. O evento foi realizado no Palácio do Planalto, em Brasília, atendendo a um convite feito pelo presidente Lula (PT). Durante o evento, Mauro anunciou que emitirá na sexta-fei-

ra, 5, a ordem de serviço para requalificação dos trechos mais críticos da rodovia. A prioridade para o governo é a duplicação do trecho entre Cuiabá e Sinop, onde há intenso tráfego de veículos pesados para escoamento da produção agrícola

PÁG. 6

Vereadora enfrenta pedido de cassação

Em seu último dia na Câmara de Cuiabá, o vereador suplente Eleus Amorim (Cidadania) apresentou uma representação contra sua colega de parlamento, Edna Sampaio (PT), por quebra de decoro parlamentar. O requerimento de processo ético foi lido durante a sessão ordinária de quin-

ta-feira, 4 de maio. O documento foi apresentado devido à repercussão de uma denúncia de possível prática de rachadinha com verba indenizatória de chefe de gabinete. Edna nega as acusações e diz que presta contas mensalmente da verba indenizatória

PÁG. 4

Nova Rota descarta duplicar Imigrantes

O presidente do Conselho de Administração da Nova Rota do Oeste, empresa responsável pelos 850 km da BR-163 em Mato Grosso, Cidinho Santos, disse que a empresa poderá construir um novo anel viário para resolver os problemas da Rodovia dos Imigran-

tes. A decisão ocorreu em razão das dificuldades de desapropriação nas margens da Imigrantes, o que dificultaria a duplicação da rodovia. Apesar disso, Cidinho disse que a Imigrantes será toda restaurada

PÁG. 3

União quer fazer 44 prefeitos em 2024

O governador Mauro Mendes foi eleito presidente do União Brasil durante uma eleição interna. No primeiro discurso como mandatário, Mendes pediu aos filiados que todas as divergências sejam resolvidas, a partir de agora, na mesa de dis-

cussão entre as lideranças e não através da imprensa. Sobre as eleições de 2024, o novo presidente do União Brasil comentou que a meta é ampliar o número de prefeitos de 38 para 44, o mesmo número do partido

PÁG. 4

MP vai investigar denúncia de WS

PÁG. 5

Ferrovia em MT será leiloada

Delfim Martins/ Blog do Planalto



O ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB), anunciou que pretende lançar nos próximos meses a licitação para concessão da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico). Construída pela Valec, a ferrovia deve chegar até Água Boa, dentro dos próximos anos. Este será o primeiro leilão de ferrovias do governo Lula (PT), que trabalha para apresentar o projeto à iniciativa privada até o final do primeiro semestre. Ela deve ser oferecida junto com dois trechos da Fiol

PÁG. 7

Bustamante nega denúncia de WS

A presidente em exercício da Assembleia Legislativa, Janaina Riva (MDB), disse que entrou em contato com o ex-secretário de Segurança Pública, Alexandre Bustamante, e que ele

negou ter feito qualquer comentário ao deputado estadual Wilson Santos (PSD) sobre pedidos de parlamentares a favor de líderes de organizações criminosas. A polêmica sobre o assunto come-

çou na semana passada, quando Wilson afirmou que o ex-secretário havia lhe contado que "dois ou três deputados" haviam pedido para reinstalar tomadas nas celas dos presídios, para que os

presos pudessem recarregar seus celulares. Desde então, Wilson repetiu a afirmação várias vezes, inclusive durante discurso no plenário da Assembleia Legislativa

PÁG. 5

Gilberto Leite

Mix de fontes é a melhor solução para Mato Grosso

O consumo de energia elétrica tem aumentado de forma significativa no país. De acordo com a Empresa de Pesquisa Energética, houve um aumento de 3,3% no consumo de energia no país em março desse ano, em comparação com 2022. Diante do cenário de demanda crescente, o setor tem investido pesado na transição energética

PÁG. 7



EDITORIAL

O futuro se constrói agora

São cada vez menores as chances de a humanidade evitar um desastre planetário decorrente das mudanças climáticas, cujos sintomas já começam a ser sentidos em várias partes do mundo, com secas e chuvas recordes. Para muitos, os riscos parecem distantes, como uma distopia cinematográfica, restrito aos fóruns de debates, universidades e organizações não governamentais. Esse 'negacionismo climático' é até compreensível, principalmente no Brasil, país tão abençoado com terras férteis e clima favorável para o cultivo, a terra onde "em se plantando, tudo dá" como já

relatava Pero Vaz de Caminha em sua primeira carta a Portugal.

Acontece que assim como o vírus que causou a pandemia de covid-19, as mudanças climáticas se aproximam de nós de forma praticamente imperceptível. E como já sabemos, a natureza se impõe sem piedade. Os efeitos da crise climática estão cada vez mais próximos e tendem a aumentar nos próximos anos, como uma doença que começa com uma pequena dorzinha e logo se torna insustentável. É o que aponta o relatório mais recente do Painel Intergovernamental sobre o Clima (IPCC), relatório di-

vulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Neste novo levantamento, a organização se dedicou a avaliar as vulnerabilidades naturais e socioeconômicas dos países às mudanças climáticas, em uma tentativa de se adiantar aos impactos regionais e traçar medidas para mitigá-los. E o cenário é nada alentador. A previsão geral para o globo é de uma queda na produção de alimentos, um problema e tanto para um mundo cuja população continua crescendo em ritmo acelerado.

Sobre a situação específica do Brasil, o IPCC aponta risco de queda substancial na produção agrícola, o que tende a aumentar a situação de insegurança alimentar em todo o mundo. Em 2021, uma pesqui-

sa da ONU apontou que 116,8 milhões de brasileiros (cerca de 55% da população) já lidavam com algum grau de insegurança alimentar, não por causa da seca ou das enchentes, mas por falta de dinheiro. As mudanças climáticas tendem a agravar esse problema.

O IPCC aponta ainda que há um risco crescente de uma crise humanitária devido à migração da população da região Nordeste, comumente afetada por eventos climáticos adversos, que devem se tornar cada vez mais frequentes. Os 'refugiados do clima' vão disputar trabalho, moradia e alimentos mais ao sul, aumentando a pressão sobre as terras agrícolas do país.

Essa é a realidade prevista para o Brasil, se nada for fei-



to para muda-la. Seguimos como um carro desgovernado em direção ao abismo, mas ainda é possível desviar dessa rota de colisão. Para isso, cada um de nós deve se atentar ao seu papel na construção de um futuro mais sustentável, além de cobrar de nossas autoridades que façam sua parte para garantir que nossos filhos e netos tenham um mundo para viver, como nós vivemos.

Juros e crescimento econômico

Vivaldo Lopes (*)

A elevada pressão política e empresarial sobre o Banco Central para reduzir o atual patamar dos juros básicos tem levado o Brasil a discutir apenas esse tema, deixando de lado outros de maior relevância para o desenvolvimento do país. A excessiva importância atribuída aos juros, e a confusão entre medidas de curto e longo prazo, além de colocar em dúvida o regime de metas de inflação, adotada pelo Brasil desde 1999, tira do radar o debate sobre as verdadeiras razões que enfraquecem estruturalmente a dinâmica da economia brasileira. Temas como modernizar e tornar mais competitiva internacionalmente a indústria do país, inovações educacionais e reforma tributária, todos temas de extrema relevância para o futuro do país, ficaram secundarizados pelo oportunismo e imediatamente dos ataques políticos à condução da política monetária pela atual direção da autoridade monetária nacional.

Não se pode esquecer que o setor industrial é mais sensível aos rumos da po-

lítica econômica no curto prazo e também aos juros. No entanto, a análise dos ciclos da produção industrial recente mostra que a exposição a choques externos e internos produzem efeitos positivos e negativos na indústria de forma mais expressiva que a política de juros ou erros de política econômica. Basta lembrar o estrago que a crise financeira mundial de 2008-2009 causou na produção industrial do Brasil. Antes dessa crise, nos primeiros anos dos mandatos do presidente Lula, a produção industrial cresceu mais de 30%, mesmo em ambiente de taxas médias de juros próximas de 11%. A paralisação dos caminhoneiros em 2018 e a pandemia (2020) também causaram rombos na indústria infinitamente maiores que políticas monetárias restritivas. Em sentido contrário, a produção industrial cresceu fortemente com o boom internacional de consumo e valorização das commodities brasileiras em períodos antes e posterior à crise financeira global de 2008.

Deixados de lado os efeitos desses choques externos e internos, a produção

industrial apresenta pouca oscilação, demonstrando sensibilidade apenas moderada aos efeitos da política monetária.

Já no primeiro ciclo do governo Dilma, a indústria deu os primeiros sinais de retração, mesmo com os investimentos em infraestrutura para a Copa Fifa 2014 e taxas de juros moderadas, desaguando na maior recessão econômica do país em 2015-2016. A retomada da produção industrial tem início na gestão Temer, apesar das taxas de juros elevadas, até sofrer o baque, em 2018, causado pelo errático movimento de greve de caminhoneiros e transportadoras. Em 2020-2021, enquanto todos falavam em "desindustrialização", a taxa nominal de juros permaneceu em 2% ao longo de mais de dois anos.

A redução de consumo de bens e serviços tem mais correlação com a perda de renda e precarização do mercado de trabalho, ressaca da pandemia, do que com as elevadas taxas de juros

Não podemos, de jeito nenhum, menosprezar os efeitos nocivos que taxas de juros

elevadas produzem na economia e, particularmente, sobre o setor industrial. Como, aliás, prejudicam também os setores de serviços e da agropecuária. Todavia, focar apenas nesse tema e não debater reformas estruturais também pode ser trágico para o crescimento econômico do país.

Temos que discutir e exigir decisões como avanço na educação para melhorar a qualificação do capital humano, reforma tributária para reduzir o "custo-Brasil", segurança jurídica, modernização e ampliação da infraestrutura do país. Todas importantes para melhorar o ambiente de negócios e aumentar a produtividade do Brasil e promover sua inserção competitiva no mercado global.

VIVALDO LOPES é economista formado pela UFMT, onde lecionou na Faculdade de Economia e pós-graduado em MBA-Gestão Financeira Empresarial pela FIA/USP. E-mail: vivaldo@uol.com



Elas lideram Mato Grosso

Rosana Leite (*)

Lembro da minha infância na década de 70, em plena ditadura militar. É, as mulheres tinham poucas chances de ocuparem cargos de destaque. A minha sábia mãe costumava advertir ao chegar perto do fogão: "saia daí filha, vai se queimar".

Por certo, a aversão da minha genitora de que nunca ficasse próxima do utensílio doméstico que tanto representa a vulnerabilidade delas, e carrega muitas anedotas machistas, trazia o temor em que acabasse me restringindo apenas às lides domésticas. Sim, as mulheres carregam consigo o medo de que as suas filhas se restrinjam ao ambiente doméstico.

Ouvi claramente e não raras vezes sobre conversas de adultos, quando ainda era criança. "Esse menino precisa estudar mais para sustentar a casa dele no futuro". "Essa menina precisa aprender a cuidar de casa, senão ninguém irá querer se casar com ela". Outras tantas sentenças marcaram indelevelmente a criação e educação

patriarcal. Famílias se preocupavam com as futuras uniões de seus filhos e filhas, sempre pensando nos homens ocupando lugares no circuito do trabalho fora de casa, e elas reduzidas ao lar.

Na mencionada época, mulheres que estavam laborando fora de casa eram apontadas nas ruas como exemplos a serem seguidos. Todavia, denotavam um futuro pouco distante para as outras. Pois bem. As mulheres conseguiram quebrar barreiras que pareciam intransponíveis para ocuparem espaços importantes, e dantes apenas ocupados por eles.

Elas tiveram que guerrear com poucos espaços. Salários na esfera privada de aproximadamente 30% a menos. Responderam a questionamentos sobre a vida pessoal para desenvolverem trabalho fora de casa. E muitas deixaram de realizar o sonho da maternidade para se encaixarem no tal emprego. Enfrentaram assédios sexuais, e também morais logo em seguida, quando não aceitaram se submeter à violência sexual. Ah, e quando foram promovidas

ouviram comentários desastrosos de terem se envolvido sexualmente com o superior hierárquico. No ambiente de trabalho, ainda, elas presenciaram piadinhas desagradáveis sobre o 'ser mulher'. Quantas delas não foram hiper sexualizadas e, em contra partida, menosprezadas intelectualmente?

Na atualidade, mais de 60% das pessoas que chegam às faculdades e concluem o ensino superior são mulheres. Foi, e tem sido, desafios que elas superaram com cada conquista.

Em momento histórico, o quadro de mulheres no poder em Mato Grosso é de se destacar. Exemplo a ser seguido. A Defensoria Pública neste biênio está sendo gerida pela Defensora Pública Maria Luziane Ribeiro de Castro, tendo como a Segunda Subdefensora-geral a Defensora Pública Maria Cecília Alves da Cunha. O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso tem como atual presidente a desembargadora Clarice Claudino da Silva, e como vice-presidente a desembargadora Maria Erotides Kneip. A atual presidente em exercício da Assembleia

Legislativa é a Deputada Janaina Riva. A presidente da OAB/MT é a advogada Gisela Cardoso. A delegada de polícia Daniela Maidel é a atual Delegada-Geral da Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso. A Dra. Lígia Neves Azis Lucindo é a atual superintendente regional da Polícia Federal de Mato Grosso.

No último dia 28 de abril tomou posse como presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso a desembargadora Maria Aparecida Ribeiro, e como vice-presidente e corregedora regional eleitoral a desembargadora Serly Marcondes Alves.

É inegável que as mulheres possuem características importantes para o comando, tal como: resiliência, resistência, coragem, empatia, flexibilidade e horizontalidade. Que tão importante onda de equidade possa render frutos em Mato Grosso! Oxalá!

ROSANA LEITE ANTUNES DE BARROS é defensora pública estadual



Espiritismo não é reacionário

Luiz Henrique Lima (*)

Nenhuma doutrina religiosa é imune à política. Ambas são produto da inteligência humana e por vezes confundem-se. Ao longo da história, inúmeras vezes a fé religiosa foi utilizada como instrumento para justificar a submissão dos povos a estruturas de poder político, desde os faraós do Antigo Egito à anacrônica monarquia britânica em que o indivíduo reinante é automaticamente Chefe da Igreja Anglicana.

Neste período, líderes religiosos justificaram e promoveram dezenas de guerras de

conquista e de extermínio, a escravização de dezenas de milhões de pessoas em todos os continentes, ditaduras, execuções e tortura (como na inquisição), censura e repressão a cientistas (como Galileu). Textos canônicos justificavam o racismo e a discriminação das mulheres, que até hoje são segregadas em certos templos e cerimônias.

Na realidade, as chamadas guerras religiosas sempre foram guerras pelo poder político e por interesses econômicos e não pela salvação das almas. Afinal, foi o próprio Mestre Jesus quem nos ensinou que o seu Reino não é deste mundo (João 18:36).

Em 1857, foi publicado um livro que lançou os alicerces de uma nova compreensão religiosa, marcadamente distinta de tudo o que então era dominante no mundo.

Numa época em que todos os países adotavam a pena de morte, esse livro a condenou categoricamente, tanto sob o aspecto moral como no material.

Em grande parte do planeta, inclusive no Brasil e nos Estados Unidos, a escravidão era a base da atividade econômica, possuindo sólidos fundamentos jurídico-políticos e o beneplácito, quando não a benção, das religiões hegemônicas.

Esse livro condenou a escravidão como um abuso intolerável e prenunciou seu desaparecimento à medida que a humanidade progredisse. Denunciou o racismo e proclamou a liberdade de pensamento e de consciência.

Em 1857, em nenhuma nação do mundo a mulher tinha reconhecida a sua cidadania e o direito de voto, o que só começou a mudar três décadas depois na Nova Zelândia.

Esse livro também foi pioneiro na proclamação da igualdade dos direitos das mulheres. Da mesma forma, antes mesmo da gênese das ciências ecológicas, condenou a destruição predatória da natureza.

Esse livro, que chegou a ser queimado em praça pública em autos-de-fé, hoje é lido e estudado diariamente por milhões de pessoas em todo o mundo.

Entendam-me: revolucionário, não no sentido da tomada do poder político e da

substituição de um determinado regime por outro. Revolucionário sim, no sentido da grande transformação moral da humanidade, abolição de pensamentos e ações preconceituosas e discriminatórias de toda espécie e praticando a verdadeira fraternidade que o Mestre nos ensinou.

Assim, causam grande perplexidade certos posicionamentos adotados por personalidades muito conhecidas no meio espírita em franca contradição com a essência revolucionária da doutrina em nome da qual se apresentam.

Afinal, se o espiritismo nunca foi reacionário, não é compreensível ou justificável que proeminentes espíritas cerrem fileiras com notórios apóstolos do armamentismo e da pena de morte, apologistas de ditaduras e de torturadores, misóginos, homofóbicos e racistas.

Ao fazê-lo, comprometem-se pessoalmente, emprestando a credibilidade que alcançaram àqueles que se opõem aos princípios da liberdade, da igualdade e da fraternidade tão caros a Allan Kardec.

Convertem-se em instrumento dos que se opõem às leis do progresso. E confundem a mente de inúmeros aprendizes do evangelho ao apresentar como respeitáveis teses inaceitáveis, diametralmente opostas aos próprios fundamentos da doutrina espírita.

O próprio Mestre nos alertou contra os falsos cristos e os falsos profetas. Disso, infelizmente, nem o espiritismo está livre.

LUIZ HENRIQUE LIMA é professor e escritor.



Jornal
IMPRESSO MT
FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
GEANDRÉ FRANK LATORRACA

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Rua Capitão Iporã, 101 - ANEXO A - Bairro: Pico do Amor - CEP: 78065090 - Cuiabá - MT
Telefone: 65 99696-6688

NOVO COMANDO

Secretários Rogério Gallo e Marcelo de Oliveira também vão integrar o grupo, que vai orientar as ações da concessionária na BR-163

Cidinho preside Conselho da Rota

**Da redação**

O ex-senador Cidinho Santos (PP) foi escolhido para ser o presidente do Conselho Nova Rota do Oeste, após o governo assumir o controle acionário da concessionária Rota do Oeste. Além dele, os secretários Marcelo de Oliveira (Infraestrutura e Logística) e Rogério Gallo (Fazenda) também farão parte do grupo que vai acompanhar os serviços de duplicação na BR-163.

Em coletiva realizada na sexta-feira, 5 de maio, Cidinho comentou que o papel do conselho, além de acompanhar os projetos, também vai orientar, apoiar e definir junto com o governador Mauro Mendes (União) e o vice-governador Otaviano Pivetta (Republicanos) as ações estratégicas que deverão ser adotadas para concretizar os projetos de melhorias, o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e as demandas cotidianas.

Ele comentou que além das ações previstas, outras medidas emergenciais também foram anunciadas pelo conselho.

“Nós já estamos trabalhando, e não iríamos anunciar hoje, porque está dependendo da autorização da ANTT [Agência Nacional de

Transportes Terrestres], mas é sobre a autorização de recuperação emergencial do trecho de Cuiabá a Rondonópolis. Nos próximos dias, o senhor deve estar assinando novamente com a Nova Rota a liberação dessa obra, como também para construção de uma área de escape na Serra de São Vicente, que é uma demanda de muitos anos”, comentou.

O governo assumiu oficialmente a concessão da BR-163 na quinta-feira, 4, em cerimônia realizada em Brasília, que contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do ministro dos Transportes, Renan Filho, além de membros da bancada federal de Mato Grosso e secretários estaduais.

De acordo com o Executivo, nos próximos



Sob comando de Cidinho, conselho busca autorização da ANTT para recuperar a rodovia entre Cuiabá e Rondonópolis

dois anos serão investidos R\$ 1,6 bilhão em obras de recuperação de trechos da rodovia. Inicialmente, os pontos com maior número

de acidentes e de pior fluidez no tráfego serão prioritários como: trecho entre Posto Gil e Nova Mutum (Km 507 ao Km 603); a travessia urba-

na de Sinop (Km 823 ao Km 834), e a Rodovia dos Imigrantes (KM 321,3 ao 353,5), que receberá obra de manutenção, neste primeiro momento.

CUIABÁ-PREV

Vereadores fazem barraco por "derrubada" de CPI



Grupo de parlamentares decidiu retirar a assinatura do requerimento apresentado pela vereadora Michelly Alencar

Da redação

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar possíveis irregularidades no Cuiabá Prev minúou na Câmara de Cuiabá. Um grupo de parlamentares decidiu retirar a assinatura do requerimento, que havia sido apresentado pela vereadora Michelly Alencar (União Brasil). O fato gerou bate-boca após a sessão ordinária de quinta-feira, 04 de maio.

Na última terça-feira, 2, Michelly e Pastor Jeferson (PSD) haviam entrado em um acordo, pois ambos tinham apresentado pedidos semelhantes de investigação. Michelly queria apurar denúncias de servidores sobre descontos de consignados que não estavam sendo repassados aos bancos e de descontos previdenciários que não estavam chegando à conta do Cuiabá Prev.

Como o Pastor Jeferson havia apresentado o requerimento primeiro para investigar sobre os consignados com número de assinaturas necessárias, Michelly aceitou apurar somente a questão da previdência. No entanto, foi surpreendida nesta quinta quando o presidente da sessão,

vereador Rodrigo Arruda e Sá (Cidadania), anunciou que o pedido dela seria arquivado porque três parlamentares haviam retirados suas assinaturas.

Para ser aceita pela Mesa Diretora, o requerimento precisa de um terço de assinaturas, ou seja 9, mas até terça ela contava com 11 apoiadores.

À imprensa, Michelly apresentou os nomes que deixaram de apoiar sua proposta: Pastor Jeferson, Marcus Brito Júnior (PV) e Luiz Fernando (Republicanos). Ela disse que ficou frustrada, principalmente com Pastor Jeferson, porque ele havia dado a palavra de apoio.

“Esse tipo de postura não é para mim, não é CPI da vereadora Michelly, é investigação para o servidor. Porque ontem eu estava interessado em investigar aquilo que está sendo danoso para o servidor e hoje o desconto continua acontecendo, o rombo está lá, as coisas não mudaram, mas já não quero investigar, estranho demais”, destacou.

“Eu não sou menina, por mais que alguns vejam que eu sou uma vereadora nova de mandato, não me comporto como menina dentro dessa Casa, eu sou mu-

lher, que sustento minha palavra. Se eu coloquei a minha assinatura é porque tenho interesse que o cidadão seja honrado, eu tenho interesse que o desejo dele seja respeitado, ele pode tirar a assinatura, ele deu a palavra dele para mim, ele pode voltar atrás, eu não”, complementou.

Ao ser questionado sobre a situação, o vereador Pastor Jeferson disse que retirou sua assinatura porque nos próximos dias vai se dedicar às investigações de sua CPI.

Além disso, ele comentou que ela não havia assinado seu pedido de comissão, resposta rebatida por Michelly que alega ter assinado digitalmente o documento. O parlamentar ainda ressaltou que protocolou o pedido antes da vereadora.

“Sempre sou pautado na lisura, na transparência, sem pressa, mas tomando conhecimento dos fatos e como vou presidir essa CPI que já foi lida em plenário e tem as assinaturas suficientes e na próxima segunda-feira vai passar pelo processo de composição, eu achei melhor dedicar meu tempo para conduzir essa CPI com celeridade, mas também com responsabilidade”, disse.

Rota descarta duplicar a Imigrantes

O presidente do Conselho de Administração da Nova Rota do Oeste, empresa responsável pelos 850 km da BR-163 em Mato Grosso, Cidinho Santos, disse que a empresa poderá construir um novoanel viário para resolver os problemas da Rodovia dos Imigrantes. A declaração foi dada na sexta-feira (5), durante assinatura de ordens de serviços.

A decisão ocorreu em razão das dificuldades de desapropriação nas

margens da Imigrantes, o que dificultaria a duplicação da rodovia. Apesar disso, Cidinho disse que a Imigrantes será toda restaurada e também será feita as adequações de parâmetros das faixas, ambas as ações emergenciais.

“Nós estamos com o projeto de restaurar toda a Imigrante. Fazer as adequações do parâmetro da faixa agora, emergencial. Recuperar ela e também fazer o anel viário, saindo lá do Sinuelo, passando aqui

pelo Coxipó do Ouro”, disse Cidinho. Já a Rodovia dos Imigrantes deverá ser mantida, mas sem duplicação.

O assunto, segundo Cidinho, ainda está somente em debate e precisa ser discutido com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A fala não deixou claro se essa nova rodovia seria sobreposta ao anel viário que já está em obras em Cuiabá. Ele fala, entretanto, que será uma “nova rodovia”.

R\$ 45,6 MILHÕES

TCE manda Estado complementar repasses à Saúde de Cuiabá

Da redação

O conselheiro Sérgio Ricardo, do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), determinou que o Estado informe os valores repassados ao Fundo Municipal de Saúde de Cuiabá e, caso não tenha atingido o teto de R\$ 45,6 milhões, que promova, imediatamente, a complementação.

A medida foi estabelecida para que os trabalhos da intervenção estadual na Secretaria de Saúde de Cuiabá não sejam prejudicados por falta de recursos.

O valor que deveria ser complementado com o repasse do governo é de obrigação do Município. No entanto, o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) enviou uma apresentação ao relator do caso, conselheiro Sérgio Ricardo, informando que o Estado não repassou o valor integral e que Cuiabá não tem condições de injetar recursos no fundo para atingir o valor determinado, pois sofre com a queda na arrecadação.

“[...] haja vista que as retenções a título de receita de ICMS e IPVA não foram informadas, o que culmina na impos-

sibilidade do ente aferir o montante que deverá ser suplementado, bem como ante a queda da receita municipal, em aproximadamente 40% em relação ao ano anterior”, diz trecho da decisão.

Devido à situação, o prefeito pediu ao TCE para determinar que o Estado faça o repasse ao Fundo Municipal de Saúde até o limite de R\$ 45,6 milhões, mediante a retenção da receita de ICMS e IPVA.

Na decisão anterior, Sérgio Ricardo havia determinado que o governo antecipasse ao Fundo Municipal os repasses previstos na Lei de Orçamentária Anual (LOA) até o limite de R\$ 22 milhões, como forma de compensar os valores que não foram injetados pela Prefeitura nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2023. O valor seria descontado da quota-parte do Município nas transferências futuras.

Além disso, foi determinado que o governo fizesse a retenção de até R\$ 45,6 milhões, referentes a IPVA e ICMS, e transferisse o valor diretamente ao Fundo Municipal.

Porém, como a Prefeitura informou que o valor não foi repassado integralmente e que não tem dinheiro para fazer novos aportes, o conselheiro resolveu determinar que o Estado faça as transferências. Ele apontou que a falta de recursos no fundo pode inviabilizar o trabalho da intervenção na Saúde.

“Sob esse prisma, em que restam presentes a probabilidade do direito e os riscos de prejuízos à saúde do município de Cuiabá, justificamos a necessidade da adoção de outros meios capazes de reforçar a medida e, consequentemente, assegurar a integralidade dos repasses para manutenção da prestação dos serviços da saúde”.

Por isso, determinou que o Estado promova imediatamente a complementação da diferença em relação ao mês de abril, por meio da antecipação dos repasses estaduais previstos na LOA do Município, até o montante de R\$ 45,6 milhões, bem como nos meses subsequentes, em que a retenção dos impostos não atingirem os R\$ 45 milhões.

NOVO COMANDO

Mauro assume presidência do União Brasil e estabelece meta para o partido nas eleições de 2024: eleger, no mínimo, 44 prefeitos

"Política se faz aqui na mesa"



Da redação

O governador Mauro Mendes foi eleito presidente do União Brasil durante uma eleição interna que aconteceu no domingo, 30 de abril, na sede do partido em Cuiabá. No primeiro discurso como mandatário, Mendes pediu aos filiados que todas as divergências sejam resolvidas, a partir de agora, na mesa de discussão entre as lideranças e não através da imprensa.

O pedido aconteceu após a série de rusgas registrada na última semana, entre as principais peças do partido, devido ao agendamento de uma reunião sem comunicar à bancada da legenda na Assembleia Legislativa. O deputado estadual Júlio Campos se revoltou com um encontro realizado

sem comunicar a todos e ameaçou deixar a sigla caso a situação não fosse resolvida.

"Nós precisaremos, no Estado de Mato Grosso, fazer um esforço diferente e é isso que eu vou tentar fazer na condição de presidente. Agradecendo à confiança de todos, a semana foi marcada com alguns ruídos, com algumas fofocas, mas nada de verdade tinha na fofoca. Na hora que sentamos aqui, na mesa, em pouco menos de 10 minutos a fofoca foi desfeita, os ruídos foram desfeitos e o União Brasil continua sendo União Brasil que sempre foi", destacou Mauro.

O governador lembrou que divergências sempre existiram e enfatizou que todas devem ser resolvidas dentro do partido, sem buscar a imprensa para polarizar, cada vez mais, os problemas internos.

"Isso é mais uma lição de que política se faz aqui na mesa e não pela imprensa. Nós precisamos, de vez, parar com essa história de ficar fazendo pronunciamentos sobre o partido na imprensa, mandando



Mauro citou que partido viveu crise devido a fofocas via imprensa e pediu a filiados que mudem o comportamento

recado, porque isso só cria uma divergência ou algo que não contribui para o engrandecimento e união de todos nós", frisou.

PRESENÇA - Uma das reclamações de membros do União Brasil e de partidos aliados ao governo foi a presença do governador para discutir política, principalmente

no período próximo dos pleitos.

Mauro destacou que vai se esforçar para reservar uma semana de cada mês para realizar uma reunião ampla com todos os atores do partido, especialmente os vereadores e prefeitos. Além disso, ele prometeu reservar um espaço na agenda em cada vi-

sita que realizar como governador aos municípios, para conversar sobre política com os aliados de cada região.

"Claro que na condição de governador do Estado, eu terei uma agenda um pouco limitada, mas eu vou compartilhar da minha agenda de governador com minha agenda de

presidente do UB. Porque, muitas vezes, eu vou para o interior fazer visitas aos municípios como governador, mas eu vou arrumar um tempinho para fazer uma agenda de presidente de partido", disse.

METAS PARA 2024 - Sobre as eleições de 2024, o novo presidente do União Brasil comentou que a meta é ampliar o número de prefeitos de 38 para 44, o mesmo número do partido. Ele ressaltou que sua ideologia política de focar no resultado e no cidadão continuará e pediu para que todos se esforcem para ter a mesma direção, com objetivo de tornar o União Brasil o maior partido em Mato Grosso.

"Mas eu sempre tive esse perfil, sou muito focado em resultado. Não serei uma pessoa de ficar com muito rame-rame, mas em resultado. Qual resultado que o partido quer? Crescer. Nós queremos sair, no mínimo, nós vamos estabelecer uma proposta de meta de 44 prefeitos, nós temos 38, hoje nós temos que ter no mínimo 44, que é o número do partido", destacou.

QUEBRA DE DECORO

Edna Sampaio (PT) enfrenta pedido de cassação



Em seu último dia na Câmara, Eleus Amorim pediu investigação de Edna: "informações colocadas são graves"

Da redação

Em seu último dia na Câmara de Cuiabá, o vereador suplente Eleus Amorim (Cidadania) apresentou uma representação contra sua colega de parlamento, Edna Sampaio (PT), por quebra de decoro parlamentar. O requerimento de processo ético foi lido durante a sessão ordinária desta quinta-feira, 04 de maio.

O documento foi apresentado devido à repercussão de uma denúncia de possível prática de rachadinha com verba indenizatória de chefe de gabinete. O caso apresentado pelo site RD News mostra prints em que a ex-chefe de gabinete, Laura Abreu, era cobrada para devolver o valor para contas bancárias da petista.

Na tribuna, Eleus lembrou que nesta quinta é seu último dia

como vereador, já que a titular Maysa Leão (Republicanos) reassume o posto. O parlamentar ressaltou que são graves as informações apresentadas à imprensa e que, durante o processo, a vereadora poderá apresentar sua defesa.

"As informações colocadas pela imprensa são graves e por serem graves devem ser apuradas. Por que ser apurada? Porque por muito menos vereadores já foram cassados, por denúncias muito menores já houve uma cassação. É o direito de defesa que nós estamos dando a ela, o direito dessa suspeita que foi colocadas", destacou.

Ele ainda ressaltou que é dever dos parlamentares investigar e apresentar à sociedade cuiabana uma resposta sobre o caso.

"Moralidade, imparcialidade, direito de de-

fesa tem que ser dado a ela, espero que ela aproveite esse espaço e que seja bem esclarecedora, porque tenho certeza que com uma pessoa com o currículo que ela tem, com a história que ela tem, saberá com toda a certeza colocar aquilo que foi colocado como suspeita e declarar aos senhores que irão julgar o parecer se ela está correta ou não", frisou.

O requerimento deve ser analisado pela Procuradoria-Geral da Câmara e, em seguida, para análise da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar.

Em suas redes sociais, Edna fez uma live para se posicionar sobre a denúncia de rachadinha. Segundo ela, seu mandato adotou a centralização das verbas indenizatórias desde o início da legislatura, em 2021. As VIs da chefe de gabi-

nete e da própria vereadora seriam, de acordo com Edna, para custear as despesas do trabalho legislativo.

"Essa é mais uma tentativa de represália à Vereadora que incomoda, por suas palavras, por sua coragem, e pelo seu posicionamento político, que não agrada aqueles que fazem de seus cargos públicos meio de perpetuação no poder e enriquecimento ilícito. Continuaremos a fazer política, sem medo, sem nos deixarmos intimidar por acusações levianas e mentirosas feitas por quem não merece a confiança do povo", diz trecho da nota assinada por membros do gabinete da petista.

O requerimento deve ser analisado pela Procuradoria Geral da Câmara e, em seguida, para análise da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar.

REBATEU A DENÚNCIA

Vereadora ameaça processar perseguidores por fakes

Da redação

A vereadora Edna Sampaio (PT) usou a tribuna da Câmara Municipal na quarta-feira, 4 de maio, para se defender da acusação de prática de 'rachadinha' com recursos de verbas indenizatórias de sua ex-chefe de gabinete.

Ela afirmou que está, mais uma vez, sendo vítima de violência política e de gênero por pessoas que tentam desgastá-la emocionalmente com acusações que não têm fundamento.

Edna explicou que seu mandato é coletivo e tem participação de co-vereadores, que são informados a cada trimestre sobre como estão sendo gastos os recursos de verbas indenizatórias, tanto as suas como as do chefe de gabinete.

A vereadora ainda destacou que a prática de rachadinha consiste na apropriação do salário do servidor, o que, segundo ela, não aconteceu.

"Não existe rachadinha, não se trata de salário, se trata de verba

indenizatória, que não é complemento salarial, nem para o vereador, nem para o chefe de gabinete. A legislação é clara sobre o uso desses recursos públicos e, veja bem, uso esse recurso público e dou publicidade aos nossos apoiadores, do mandato coletivo. Faço a prestação de contas mês a mês, de todos os itens gastos com esse recurso, que é público e que não é nosso salário", ressaltou.

"Nós temos uma prática no nosso mandato

de separar os recursos, o que é recurso do mandato e o que é recurso de uso pessoal", frisou.

Edna ainda rebateu outras informações que resultaram da denúncia. A primeira foi de que o caso teria sido apresentado pela sua ex-chefe de gabinete, que foi exonerada quando ainda estava grávida, no começo do ano. A parlamentar disse que entrou em contato com sua ex-colaboradora, que negou ter enviado prints da conversa para outra pessoa.

Além disso, a vereadora desmentiu a informação de que estaria sendo investigada pelo Ministério Público Estadual (MP-MT) sobre a prática de rachadinha.

"Estivemos ontem no Ministério Público, pegamos uma certidão negativa para comprovar que no Ministério Público não existe nenhuma ação contra a vereadora Edna para investigar qualquer tipo de irregularidades das verbas, que são públicas", afirmou.

Por fim, Edna prometeu recorrer à Justiça

contra todos que compartilharam inverdades sobre ela, para reparar a sua imagem perante a sociedade cuiabana.

"Utiliza dessa estratégia de fazer fake news para poder reproduzir nauseantemente até que as pessoas se convençam que é verdade, que a vereadora está fazendo desvio de recurso, quando exatamente é o contrário, a vereadora que presta conta, exatamente item por item, do que é gasto da verba indenizatória", concluiu.

FATO GRAVE

Coordenador do Naco aponta que apesar de não terem sido divulgados nomes, as condutas denunciadas configuram crime de organização criminosa

MP vai investigar denúncia de WS

**Da redação**

A declaração do deputado estadual Wilson Santos (PSD), sobre colegas de parlamento estarem agindo a favor de líderes de organizações criminosas presos, será investigada pelo Núcleo de Ações de Competência Originária (Naco), do Ministério Público Estadual de Mato Grosso (MPMT).

De acordo com o MP, o Naco instaurou um Procedimento Preliminar de Investigação para esclarecer “o contexto fático das informações veiculadas na imprensa”.

Em entrevista recente, Wilson afirmou que foi impedido de fazer campanha em dois bair-

ros de Cuiabá por pessoas ligadas ao crime organizado, que diziam já ter candidato naqueles bairros. O deputado afirmou ainda que levou o caso ao conhecimento do ex-secretário de Segurança Pública, Alexandre Bustamante. Em resposta, Bustamante teria lhe confidenciado que outros dois deputados teriam pedido para que fossem reinstaladas as tomadas elétricas nos presídios, para que líderes criminosos pudessem recarregar seus telefones celulares.

O coordenador do Naco, promotor de Justiça Marcos Regenold Fernandes, ressalta que, embora não tenham sido divulgados os nomes dos deputados estaduais supostamente envolvidos no caso, “as condutas aviadas se amoldam ao crime envolvendo organização criminosa disciplinado pelo art. 2 da Lei 12.850/2013”.

“É imperioso, neste momento, proceder diligências investigatórias preliminares visando esclarecer o contexto

fático das informações ventiladas na mídia, assim como obter elementos mínimos que corroborem a existência, ou não, de infração penal, além da identificação dos agentes envolvidos, para que, só então, seja deliberado pela instauração de inquérito policial”, destacou.

A declaração do deputado foi reprovada pelo governador Mauro Mendes (União) e pelo comandante-geral da Polícia Militar, coronel Alexandre Corrêa Mendes, que pediram ao parlamentar para apresentar os nomes de tais deputados.

Na avaliação de ambos, a fala de Wilson prejudica a imagem da Assembleia Legislativa.

“Gravíssimo se um deputado faz um pedido deste, então tem que colocar o nome. Senão, fica os 24 deputados sob suspeita... isso não é justo, porque se um fez, 23 não podem ficar com essa mancha porque é algo realmente muito grave”, destacou o governador.



Wilson diz que Bustamante lhe revelou que 2 ou 3 deputados teriam feito pedidos em favor de líderes criminosos

“PENSAR ANTES DE FALAR”

Tardin quer acionar Conselho de Ética contra Wilson Santos

Da redação

O deputado estadual Fábio Tardin (PSB) defendeu que seu colega de parlamento, Wilson Santos (PSD), seja acionado no Conselho de Ética da Assembleia Legislativa para responder sobre a acusação de que outros parlamentares estariam envolvidos com o crime organizado em Mato Grosso. Em conversa com jornalistas na quarta-feira, 3 de maio, Tardin afirmou que a fala de Wilson causou um mal-estar generalizado dentro da Assembleia Legislativa.

“Eu acho que ele deveria pensar antes de falar uma besteira dessa. É um falatório. Falar isso daí e não dar os nomes. Ele tinha que dar os nomes das pessoas, dizer que é deputado tal e tal”, afirmou Tardin.

“Eu acho que deveria acionar ele no Conselho de Ética”, completou.

Apesar de defender que Wilson seja acionado pelo Conselho de Ética, Tardin avalia que não cabe à Assembleia Legislativa conduzir uma investigação própria sobre o caso. Ele defende que o caso seja investigado pelo Ministério Público Estadual (MP-MT). Nesta terça, 2, o MP informou que já abriu um procedimento para apurar a fala de Wilson.

Na avaliação de Tardin, a Assembleia deveria convocar o ex-secretário Bustamante para prestar os esclarecimentos necessários. Isso porque, segundo Wilson, somente Bustamante sabe quem são os deputados que fizeram o pedido, pois o ex-secretário teria se recusado a revelar os nomes quando foi interpelado.

“Acredito que tem que convocar o ex-secretário Bustamante aqui, pra fazer os esclarecimentos e falar quais foram os deputados que

foram lá e pediram a essas regalias aos presos”, afirmou.

NOMES NA LAMA - Tardin apontou que a acusação de Wilson acabou jogando a imagem de todos os deputados ‘na lama’, já que não há como saber quem seriam os envolvidos. Ele fez questão de enfatizar que jamais se encontrou com Bustamante e ressaltou que só entrou na Assembleia este ano, o que, em sua avaliação, afasta a possibilidade quanto ao seu nome.

“É muito ruim isso. Jogou a imagem não foi de um deputado ou outro, mas da Assembleia como um todo. Os 24 deputados estão aí apontados pelo dedo. Pode ser aquele ali, pode ser aquele ali... apesar de que, graças a Deus, eu fui eleito agora, frisar bem isso daí. Ele fala que os deputados já estavam aqui. Ficou mais ruim ainda para os 18 que já estavam aqui”, concluiu.

Denúncia causa mal-estar na AL

Da redação

A fala do deputado Wilson Santos (PSD) sobre suposto envolvimento de deputados estaduais com o crime organizado causou um mal-estar generalizado nos corredores do Parlamento estadual. O Ministério Público também já disse que vai investigar a fala e o deputado Fábio Tardin (PSB) também prometeu acionar Wilson no Conselho de Ética.

O deputado Valdir Barranco (PT) também defendeu que o Conselho de Ética seja acionado. Em entrevista na manhã de quarta-feira (3), Barranco disse que é inadmissível a ALMT ter em seus quadros pessoas com suposto envolvimento com o crime. Além disso, o deputado

defende que os supostos envolvidos devem ser penalizados, se comprovado a denúncia.

“O que eu tenho a dizer é que eu espero que não seja verdade, porque é uma acusação muito grave”, disse o deputado petista. “Quem está aqui deve estar para defender o povo, a segurança e combater o crime em todas as suas circunstâncias e dimensões. Então, eu torço para que não seja verdade”, completou.

Já a deputada Janaina Riva (MDB) disse que foi pega de surpresa com a declaração de Wilson. Ela também disse que Wilson nunca tinha comentado nada sobre o tema com os colegas. Ela também cobrou que o parlamentar “dê nomes aos bois”, para evitar

que todos os deputados sejam jogados “numa vala comum”.

Ela ainda disse que diversas pessoas procuraram ela, que é vice-presidente da Casa, além do presidente Eduardo Botelho (União Brasil) e o primeiro-secretário, Max Russi (PSB), para criar uma camada de proteção da Casa e evitar que ela fique exposta à opinião pública.

“Declarações como essa constroem todo o Poder Legislativo. Aí vem uma fala dura do governador, uma fala dura do comandante regional, e considero como compreensível, porque gera uma revolta em todos aqueles que atuam de forma séria na política e podem estar envolvidos em uma fofoca como essa”, disse Janaina.

LIGAÇÃO COM O CRIME

Bustamante nega denúncia de WS sobre deputados

Da redação

A presidente em exercício da Assembleia Legislativa, Janaina Riva (MDB), disse que entrou em contato com o ex-secretário de Segurança Pública, Alexandre Bustamante, e que ele negou ter feito qualquer comentário ao deputado estadual Wilson Santos (PSD) sobre pedidos de parlamentares a favor de líderes de organizações criminosas.

A polêmica sobre o assunto começou na semana passada, quando Wilson afirmou que o ex-secretário havia lhe contado que “dois ou três deputados” haviam pedido para reinstalar tomadas nas celas dos presídios, para que os presos pudessem recarregar seus celulares. Desde então, Wilson repetiu a afirmação várias vezes, inclusive no plenário da Assembleia.

Em conversa com jornalistas na quarta-

feira, 3 de maio, Janaina disse que Bustamante não irá à Assembleia para conversar com os parlamentares sobre o assunto. Ele também teria negado a versão apresentada por Wilson Santos.

“Eu conversei com os deputados, ele [Bustamante] já havia me dito, e disse a alguns colegas também, que não quer vir até a Assembleia. [...] Ele antecipou que não falou nada disso ao deputado e que o deputado está fazendo uma confusão sobre a fala dele”, comentou.

Antes da sessão ordinária, os deputados se reuniram no Colégio de Líderes para tratar sobre o assunto. No encontro, Wilson manteve sua palavra, enquanto seus colegas de Parlamento o confrontavam com a versão do ex-secretário Bustamante.

Janaina destacou que a Assembleia Legislativa

não vai adotar nenhuma medida para apurar a denúncia feita por Wilson. Os parlamentares entendem que é melhor aguardar a conclusão das investigações iniciadas pelo Núcleo de Ações de Competência Originária (Naco), do Ministério Público Estadual (MP-MT), para só então decidir qual ação será tomada.

“O deputado Wilson vai ao Ministério Público e vai responder, mas a Assembleia não vai fazer disso um palco, especialmente porque o secretário diz não ter falado isso para o deputado. Para evitar a exposição de ambos, que eles tratem do assunto em um ambiente que seja mais isento, porque aqui é uma Casa de parlamentares. Então, nós entendemos que o deputado Wilson não teve maldade ao falar, mas foi muito infeliz na fala dele”, frisou.



Janaina Riva ligou para Bustamante (foto) para falar da denúncia de ligação de deputados com o crime organizado

DIA HISTÓRICO

O governador Mauro Mendes (União) dará ordens para início das obras de requalificação da pista já na sexta-feira, 5 de maio

Mauro assina concessão da BR-163



Gabriel Soares

O governador Mauro Mendes (União) assinou na quinta-feira, 4 de maio, o termo de transferência da troca do controle acionário da Rota do Oeste. O evento foi realizado no Palácio do Planalto, em Brasília, atendendo a um convite feito pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva (PT).

Durante o evento, Mauro anunciou que emitirá nesta sexta-feira, 5, a ordem de serviço para requalificação dos trechos mais críticos da rodovia. A prioridade para o governo é a duplicação do trecho entre Cuiabá e Sinop, que já deveria ter sido concluído pela Rota do Oeste, onde há intenso tráfego de veículos pesados para escoamento da produção agrícola de Mato Grosso.

“Uma solução reconhecida já pelo TCU e pelo mercado como inovadora. Nós vamos ter um fato inédito no país, que é um ente subnacional como concessionário do governo federal”, pontuou.

Mauro lembrou que a BR-163 não recebe novos investimentos há cerca de 5 anos, desde que a Odebrecht Transport, que era o acionista majoritário da Rota do Oeste, perdeu sua capacidade de captar recursos. A empresa tentou vender sua participação na concessionária, mas não houve interesse do mercado. Diante do risco de ver a rodovia decair sem investimentos, o Governo do Estado resolveu assumir a concessão.

“Esse caso é um exemplo claro de que o mercado nem sempre é capaz de construir as soluções que são melhores para a sociedade. [...] O lucro que nós queremos lá é melhorar a logística de Mato Grosso, resolver um gargalo da nossa logística e salvar as centenas de vidas que são perdidas nessa rodovia”, enfatizou Mauro.

O presidente Lula fez questão de destacar a solução inovadora encontrada. “Queremos agradecer ao Estado de Mato Grosso, por ter a coragem de assumir uma tarefa que mercado não quis assumir. É muita coragem ter a responsabilidade de fazer uma estrada que o mercado não deu conta e acho que não só o povo de Mato Grosso vai ganhar, mas todo o Brasil, pois outros Estados deverão adotar essa medida”, disse Lula.



A iniciativa permite que o governo faça as obras de melhorias sem passar por relicitação, o que demoraria cinco anos para ocorrer

O governo prevê investir R\$ 1,6 bilhão nos próximos dois anos para a duplicação e melhora da BR-163. Os recursos serão destinados por meio da MT-Par, sendo que R\$ 1,2 bilhão devem ser aplicados ainda neste ano.

O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado pelo governo prevê o prazo de até 8 anos para duplicação de 440 quilômetros da BR-163 até Sinop. Porém, o governo trabalha com a perspectiva de concluir essas obras em até 5 anos.

Para isso, o governador já deu início à licitação para as obras de requalificação da pista e duplicação da rodovia, antes mesmo de assumir a concessão. O primeiro trecho a ser duplicado será entre Posto Gil e Nova Mutum, totalizando cerca de 90 quilômetros.

PRIORIDADES - Um cronograma já foi estabelecido com base técnica, considerando os pontos com maior número de acidentes e pior fluidez no tráfego, definindo trechos prioritários para

as obras de melhoria e duplicação.

São eles: o trecho entre Posto Gil e Nova Mutum (Km 507 ao Km 603); a travessia urbana de Sinop (Km 823 ao Km 834), e a Rodovia dos Imigrantes (Km 321,3 ao 353,5), que receberá obra de manutenção, neste primeiro momento. As obras devem iniciar ainda em 2023 e a projeção é de que ao menos 36 quilômetros de pistas duplicadas sejam entregues ainda no primeiro ano de concessão.

O Governo também vai iniciar a construção

de travessias urbanas em trechos da BR-163 na região Norte do Estado. Em Sinop, por exemplo, estão previstos dois viadutos. Em seguida, as obras serão realizadas em Sorriso.

Além dos trechos prioritários, o Governo de Mato Grosso também prevê as seguintes obras de duplicação: de Nova Mutum a Lucas do Rio Verde (Km 603 ao Km 686); Lucas do Rio Verde (Km 686 ao Km 691); Lucas do Rio Verde a Sorriso (Km 691 ao Km 745); e de Sorriso a Sinop (Km 745 ao Km 83).

SALA LILÁS

Politec passa a ter espaço para mulheres vítimas de violência

Da Redação

O Perícia Técnica Oficial e Identificação Técnica de Mato Grosso (Politec) passou a ter a “Sala Lilás”, que tem por finalidade proporcionar um local de acolhimento e suporte às mulheres e crianças vítimas de violência durante os exames periciais. Este é o primeiro espaço com este propósito implantado na região metropolitana, e uma das pioneiras no país da realização de exames psiquiátricos de violência psicológica. A sala fica no Plantão Metropolitano da Perícia Oficial e Identificação Técnica, no Jardim Universitário, e tem como madrinha a primeira-dama de MT, Virginia Mendes.

O espaço pretende se tornar um ponto de apoio multiprofissional às mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, para que elas sejam atendidas de forma priorizada, separada dos agressores, em um ambiente mais acolhedor. O serviço, que já era realizado anteriormente no IML, agora será realizado em um ambiente reformado, decorado e mobiliado com recursos provenientes de doação da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário de Mato Grosso (Cemulher), no valor de



A sala foi reformada, decorada e mobiliada com recursos provenientes de doação do Poder Judiciário de MT

R\$ 15.764,50, além de doações de servidores.

A sala está situada na Avenida Rui Barbosa, nº 484, Jardim Universitário, Cuiabá. Os atendimentos no local são realizados 24 horas por dia por equipes formadas por peritos oficiais médico legistas, psiquiatras forenses, enfermeiras e psicóloga. Conta com brinquedoteca, banheiro com trocador de fraldas, poltronas, televisão e videogame, destinados para a recepção de mães que buscam os atendimentos acompanhadas de seus filhos. Possui uma recepção exclusiva às vítimas, evitando que a vítima encontre com o próprio autor que eventualmente possa estar nas dependências do IML, pois a ambiente

é separado das salas das perícias gerais.

No local são realizados exames de lesão corporal, constatação de violência sexual e psiquiatria forense. Além do acompanhamento de profissionais de enfermagem do sexo feminino, o IML conta com abordagem psicológica quando há recomendação médica. A partir deste mês, a Diretoria Metropolitana de Medicina Legal passará a realizar os laudos periciais de materialização de violência psicológica, através da perícia de psiquiatria forense.

Somente no ano passado, a diretoria Metropolitana de Medicina Legal concluiu 627 laudos de perícias de violência sexual na capital.

RODOVIA DO AGRO

Governador dá ordem de serviço para recuperação imediata da 163

Da redação

O governador Mauro Mendes (União) assinou na sexta-feira, 5 de maio, cinco ordens de serviço para recuperação emergencial da BR-163 entre Cuiabá e Sinop, por meio da concessionária Nova Rota do Oeste. A concessão da BR-163 foi oficialmente assumida pelo Governo de Mato Grosso na quinta, em cerimônia realizada em Brasília, com o presidente da república Luís Inácio Lula da Silva (PT).

Durante o evento, Mendes lembrou que a rodovia afeta a vida de 90% dos cidadãos mato-grossenses, uma vez que mesmo quem não trafega na rodovia, consome produtos que são transportados por ela. O governador ainda lembrou todo o processo de negociação, para que o Estado pudesse resolver esse problema.

“Fico feliz por chegar ao final de uma trajetória que parecia impossível, tantos eram os problemas que precisavam ser resolvidos. Foram tantas reuniões realizadas que conduziram a essa solução, que hoje é reconhecida pelo mercado como importante, inovadora e exitosa. Agora, queremos ver rapidamente máquinas trabalhando na estrada”, afirmou Mauro.

As ordens de serviço correspondem a 5 tre-

chos da rodovia: o primeiro na Rodovia dos Imigrantes, em Cuiabá e Várzea Grande; o segundo entre Várzea Grande e Jangada; o terceiro entre Jangada e Rosário Oeste; o quarto entre Nova Mutum e Lucas do Rio Verde; e o último entre Lucas do Rio Verde e Sinop.

SEM AUMENTO - A MT-PAR será acionista majoritária da Nova Rota e a previsão de investimentos nos próximos dois anos é de R\$ 1,6 bilhão. Segundo o secretário de Estado de Fazenda, Rogério Gallo, o governo não tem o interesse de transformar a BR-163 em um negócio que tenha lucro. Por isso, será mantido o patamar tarifário, independente dos investimentos previstos no Plano de Exploração Rodoviária.

“O governo entrou nessa situação pelo interesse público de resolver esse problema”, afirmou. Segundo Gallo, o objetivo é fazer todas as obras necessárias em até oito anos. O secretário ainda destacou a maturidade institucional de todos os envolvidos que permitiram esse acordo de grande complexidade.

O novo presidente da concessionária, engenheiro Luciano Uchoa, afirmou que o aporte do governo permitiu a retomada das obras. Ele anunciou um plano de ataque de três anos, in-

CORREDOR LOGÍSTICO

Ainda em construção, 'ferrovia do Araguaia' deve ser incluída em pacote do primeiro grande leilão do governo Lula, nos próximos meses

Fico deve ser leiloada em breve

Delfim Martins/Blog do Planalto

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed

Gabriel Soares

O ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB), anunciou nesta quinta-feira, 4 de maio, que pretende lançar nos próximos meses a licitação para concessão da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico). Construída pela Valec, a ferrovia deve chegar até Água Boa, no coração do Araguaia, dentro dos próximos anos.

"Nós vamos soltar nos próximos meses a licitação da Ferrovia de Integração Centro Oeste. Há muitos anos o estado de Mato Grosso espera pela chegada de uma ferrovia e vai acontecer exatamente agora. Não tem sentido que um Estado com grande produção seja obrigado a transportar 100% do que produz por rodovias, em pleno século 21", disse o ministro, durante o ato de assinatura da concessão da BR-163 à MT Par. Este será o primeiro leilão de ferrovias do

governo Lula (PT), que trabalha para apresentar o projeto à iniciativa privada até o final do primeiro semestre. A ideia preliminar é oferecer a concessão da Fico em um pacote que inclui dois trechos da Ferrovia de Integração Leste-Oeste (Fiol).

A Fico e a Fiol se conectam com a Ferrovia de Integração Norte-Sul, o que viabiliza o acesso aos portos de Itaquí (MA) e de Santos (SP). Uma das ideias "na mesa" é transformar essa ferrovia em um único corredor de leste a oeste do país, pois o trecho da Fiol ainda não foi completamente definido.

"A ferrovia pode se transformar num corredor chamado Fico x Fiol, com a Ferrovia de Integração Oeste-Leste, na Bahia, para facilitar o escoamento da produção do Brasil Central", antecipou o ministro.

A primeira etapa da Fico tem 383 quilômetros de extensão, saindo de Mara Rosa (GO) até Água Boa (MT). Esse trecho está sendo construído pela mineradora Vale, com um investimento de R\$ 2,73 bilhões. A Vale construirá a ferrovia em contrapartida à renovação antecipada da concessão da Estrada



Ferrovia de Integração do Centro-Oeste está sendo construída pela Vale, com investimento de R\$ 2,73 bilhões

de Ferro Vitória-Minas (EFVM).

Até o momento, há 80 quilômetros de frente de obras liberadas, já com licenciamento ambiental. Os primeiros trilhos chegaram ao município de Mara Rosa em março deste ano e já devem começar a ser assentados. Porém, a previsão é de que a obra leve até 4 anos para ser concluída, o que não impede sua concessão à iniciativa privada. Isso já foi feito, por exemplo, no primeiro trecho da Fiol, entre Ilhéus e Caetité, que está

concedido à mineradora Bamin, com obras em estágio final.

CORREDOR PELA BAHIA - A Fiol é uma ferrovia que atravessa o estado da Bahia e está dividida em três trechos. O trecho 2 da Fiol, que deve ser leiloado junto com a Fico, está em construção entre os municípios de Caetité e Barreiras. Até o momento, cerca de 58% das obras já foram concluídas e o governo espera avançar mais 10% ainda este ano. Para isso, o orçamento da estatal

Infra S.A. foi quadruplicado, saindo dos R\$ 100 milhões de 2022 para R\$ 400 milhões neste ano.

O trecho 3 da Fiol ainda não tem um desenho totalmente definido. A projeção inicial é que a ferrovia saia de Barreiras, na Bahia, para se conectar à Ferrovia Norte-Sul em algum ponto do estado do Maranhão. Porém, isso ainda pode mudar, conforme os estudos de viabilidade que estão sendo conduzidos pela Infra S.A.

Trecho em estudo deve criar corredor lo-

gístico através da Bahia, para o Porto de Ilhéus

Desta forma, a futura concessionária deve ficar responsável pela conclusão das obras do trecho 2 da Fiol e por toda a obra do trecho 3. O único trecho que seria entregue já com as obras totalmente concluídas seria justamente a Fico, que desagua em Mato Grosso.

Neste desenho, abre-se um novo corredor logístico para escoar as mercadorias mato-grossenses por meio do Porto de Ilhéus.

ENERGIA

Mix de fontes é solução para MT

Gilberto Leite

Da redação

O consumo de energia elétrica tem aumentado de forma significativa no país. De acordo com a Empresa de Pesquisa Energética, houve um aumento de 3,3% no consumo de energia no país em março desse ano, em comparação com março de 2022. Diante do cenário de demanda crescente, o setor tem investido pesado na transição energética, em especial na energia solar.

Mato Grosso, por exemplo, já possui uma capacidade instalada de 1.154,6 MW, ocupando a quinta posição no ranking, segundo a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar). De acordo com o delegado da entidade em Mato Grosso, Tiago Vianna, o estado está entre 1º e 2º lugar com maior participação de solar no consumo de toda energia elétrica.

Mato Grosso está incluído no subsistema da região Sudeste e Centro Oeste, onde a energia solar equivale a 15% de toda a geração, em medição feita às 13h50 desta terça-feira (2). Essa medição é feita em tempo real pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Isso significa que às 13h50, dos 46,4 mil MW gerados nesse subsistema, 7,4 mil MW eram provenientes do sol.

Tiago Vianna, que também é presidente do Sindicato das Indústrias de Geração, Distribuição e Transmissão de Energia Elétrica e Gás de Mato Grosso (Sindenergia/



Mato Grosso está entre 1º e 2º lugar com maior participação de solar no consumo de toda energia elétrica

MT), explica que as diferentes fontes de energia são complementares. Ele cita como o exemplo a energia eólica, que garante mais fornecimento à noite, enquanto a solar fornece durante o dia.

Já a energia hidrelétrica, que responde por mais de 70% de toda a energia consumida no país, é importante para garantir a segurança do sistema elétrico brasileiro. Essa mistura de fontes é necessária pelo fato de que a energia produzida não é armazenada. Após sua produção, é imediatamente injetada na rede e consumida.

Portanto, explica Vianna, cada fonte tem o melhor horário para ser aproveitada. A solar gera mais energia nas horas mais ensolaradas; a eólica funciona melhor à noite, quando

os ventos são mais fortes (essas usinas estão no Nordeste); já a energia produzida por usinas térmicas atende os horários de pico, entre 17h30 e 20h30, quando a maioria das pessoas estão em casa.

"Essa é a vantagem do sistema integrado nacional, do SIN. O sistema elétrico brasileiro, ele é muito robusto, é um dos sistemas mais modernos do mundo. São poucas regiões hoje que não são integradas no nosso sistema elétrico", disse Tiago, em entrevista à Rádio Capital FM, enquanto promovia o evento "Solar Experience".

O Solar Experience é um evento técnico para integradores de energia solar, que ocorrerá em Cuiabá entre os dias 24 e 25 de maio de 2023. O

evento oferece conhecimentos voltados à aplicação de processos de engenharia, novos modelos de negócios, projetos de instalação ao comissionamento, inovação tecnológica, regulamentação e desenvolvimento pessoal.

O evento também vai debater a cogeração de energia, que é feita após a produção de etanol de milho e cana-de-açúcar, dentre outros processos industriais.

O evento contará com 16 horas de programação, palestras dinâmicas e imersão no formato 360 graus. Os organizadores destacam que o evento é caracterizado como uma nova experiência ao setor solar fotovoltaico e é uma parceria entre o Grupo FRG Mídias & Eventos e o Mercado Solar.

SAFRA 2022/23

Produtividade da soja bate recorde em MT

Da redação

A safra da soja 2022/23 se consolidou como a mais produtiva da série histórica registrada pelo Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea). De acordo com o boletim da soja dessa semana, a produtividade média das lavouras ficou em 62,31 sacas por hectare, diretamente beneficiada pelo aumento de chuvas durante o crescimento das plantas.

Ainda de acordo com o Imea, os longos períodos de luminosidade nas lavouras também ajudaram no desenvolvimento da cultura. A área plantada também foi revisada pelo instituto, passando de 11,81 milhões de hectares para 12,12 milhões de hectares, aumento de 2,62%, na comparação com a estimativa do início da safra.

Com o aumento da produtividade, o resultado final da produção surpreendeu o Imea. O instituto previa uma colheita de 41,56 milhões de toneladas no último boletim do ano de 2022, número que passou para expressivos 45,32 milhões de toneladas, uma diferença de 9%. Com isso, a produção da safra de 2022/2023 também ficou 10,98% maior que a safra anterior, caracterizando mais uma safra recorde.

Por outro lado, os produtores têm um ponto para ficarem atentos, que é o preço da saca, que tem apresentado quedas. O alerta consta no boletim da semana anterior. As quedas ocorrem após a onda de valorização da soja nos últimos quatro anos, quando foi observada uma alta de 163% nas cotações. Em abril de

2019, a saca custava R\$ 63. Já no seu pico, chegou a custar R\$ 163, em abril de 2022.

Mesmo com as quedas, entretanto, o preço atual ainda é 88% maior do que o registrado há quatro anos, com a saca sendo negociada a R\$ 119,45. Segundo os analistas do Imea, a redução das cotações é resultado da maior oferta da oleaginosa, em razão da boa produtividade da safra 2022/23 em Mato Grosso.

"Por fim, é importante destacar que a continuidade da pressão no preço da soja deve dificultar a conciliação do caixa da propriedade, principalmente para os produtores que não travaram a maior parte das despesas ou não negociaram nada da produção e, agora, se depararam com preços menos atrativos e custos elevados", diz o boletim.

PRÓXIMO CICLO - Já a safra 2023/24 deve ser menor que a safra de 2022/23, conforme o primeiro levantamento do Instituto para próxima safra. Segundo o Imea, a área plantada deve ser de 12,22 milhões de hectares, com produtividade de 59,61 sacas/hectare e uma estimativa de produção de 43,71 milhões de toneladas.

"É importante citar que neste primeiro momento as projeções ainda são limitadas, visto que alguns pontos que podem impactar no decorrer da safra ainda estão em aberto, como: condições climáticas, ocorrência de pragas e doenças, incertezas dos investimentos para a próxima temporada - devido ao alto custo de produção e menores preços", destaca.

ONDE TEM IPTU EM DIA TEM AVANÇO

Com a sua contribuição,
Cuiabá vai continuar avançando.



PAGUE SEU IPTU ATÉ **19 DE MAIO**

COM **10%** DE DESCONTO

OU EM **8X** SEM JUROS

emissao.cuiaba.mt.gov.br

**EMITA
SUA GUIA
ATUALIZADA
AQUI >>>>>>**



**CUIABÁ
PRA FRENTE,
CUIDANDO
DA GENTE.**